
MUNICÍPIO: A UNIDADE PRODUTORA DO DESENVOLVIMENTO

Maurício Carvalho de Oliveira¹
Kleber Souza dos Santos²

O município é o espaço geográfico onde se estabelece com maior intensidade o processo de interação entre governo e sociedade. É neste palco que são identificados, de forma mais precisa, as potencialidades de desenvolvimento, as limitações e os problemas a serem enfrentados pela comunidade como um todo, objetivando uma ação conjunta entre os diversos atores sociais com vistas a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

O texto constitucional de 1988 introduziu significativas mudanças no que concerne à descentralização das responsabilidades das ações de governo, conferindo maior autonomia aos municípios brasileiros e delegando maior poder às autoridades constituídas para legislar e agir sobre sua localidade.

Esta situação tem gerado um aumento das expectativas das populações quanto à capacidade das administrações públicas de conduzir políticas e programas de desenvolvimento, em uma situação de escassez de recursos financeiros e estruturas administrativas frágeis ou inadequadas. Um dos aspectos iniciais a ser considerado no processo de desenvolvimento, são as potencialidades e limitações do espaço territorial do município e a capacidade das organizações locais de

interagirem em um sistema aberto e competitivo para buscar suas próprias transformações bem como para atender as demandas e os anseios da comunidade local e de outros mercados.

Recursos humanos, naturais, financeiros e materiais, quase sempre são insuficientes ou apresentam alguma limitação em relação às expectativas do homem. Entretanto, informações mais precisas sobre os recursos da terra e mercado, novas tecnologias e capacitação de pessoal são, dentre outros, aspectos a serem enfocados numa política de desenvolvimento sustentável da base produtiva municipal.

Portanto, as interferências das organizações no processo de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento municipal, devem estar calcadas em um diagnóstico seguro das diversas variáveis que compõem o ambiente físico e socioeconômico para que os resultados desejados sejam alcançados de forma satisfatória e duradoura. As intervenções tanto em áreas urbanas como rurais são, inerentemente, de natureza complexa, sendo, portanto, necessária uma estreita articulação entre as organizações públicas e privadas que estejam direta ou indiretamente envolvidas ou afetadas por essas intervenções.

Consolidar informações sobre o meio ambiente, o solo e sua capacidade de uso, sobre práticas de manejo conservacionista, desenvolver pesquisas agrícolas ou validar novas tecnologias, contribuir para a organização do tecido social, planejar e construir as infra-estruturas necessárias para apoiar o processo de desenvolvimento são tarefas que exigem a concorrência de equi-

¹ Engenheiro Agrônomo, Fiscal Federal Agropecuário, MSc., Ministério da Agricultura/SARC/DFPV.

² Engenheiro Agrônomo, Fiscal Federal Agropecuário, Mestrando.- Ministério da Agricultura/SARC/SNPC.

pe de profissionais de diversas áreas, numa ação integrada e multidisciplinar.

A terra é o resultado da interação entre os fatores físicos (material de origem, clima, topografia), fatores biológicos (os organismos vivos) que, através de longos períodos de evolução estabeleceram na paisagem os diversos biomas a exemplo dos Cerrados, da Amazônia, da Caatinga, da Mata Atlântica, do Pantanal, etc., e, inseridos nesses biomas, estão os diversos ecossistemas, que são as áreas de várzeas, os campos de vegetação herbácea, as matas de galeria, restingas, manguezais, lagos, dentre outros, os quais possuem maior ou menor capacidade de suportar um determinado tipo de uso.

Em função da complexidade das questões ambientais e da crescente demanda por água limpa, alimentos, fibras e outras matérias primas para satisfazer as necessidades das gerações atuais e assegurar para as gerações futuras a manutenção dos processos ecológicos essenciais e a biodiversidade, é fundamental a gestão dos recursos naturais dentro de um enfoque de desenvolvimento sustentável, o qual implica mudanças nas relações e responsabilidades que envolvem o estado, a sociedade e o cidadão.

A decisão de aproveitar uma área de terra para um fim específico deve ser tomada com base em conhecimentos científicos sobre suas características, a dinâmica dos ecossistemas envolvidos, o grau de interdependência existente entre eles. Derrubar a vegetação natural, praticar cultivos, provocar queimadas, introduzir novas espécies de plantas ou animais, construir represas, promover o desenvolvimento urbano ou implantar sistemas de comunicação tais como rodovias, são alterações significativas para o meio ambiente que demandam ações preventivas, necessárias para a minimização dos impactos negativos.

No contexto do desenvolvimento rural e do processo produtivo agrícola, a adoção da microbacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e trabalho constitui uma estratégia apropriada com vistas ao uso e manejo, monitoramento e avaliação dessas interferências, possibilitando o efetivo gerenciamento integrado do solo e da água e dos demais recursos naturais, de forma a compatibilizar as atividades produtivas com a preservação ambiental, dentro do escopo do desenvolvimento sustentável.

A abordagem do desenvolvimento tendo como

base a microbacia hidrográfica provou ser altamente bem sucedida no que se refere à recuperação e ao manejo desses recursos e, principalmente no que tange à condução segura dos inevitáveis escoamentos superficiais até os pontos de cota mais baixos no terreno, uma vez que esses escoamentos são os que mais contribuem para os prejuízos e outros danos ambientais decorrentes das enchentes. Entretanto, é necessário ter em mente que essas catástrofes ambientais são conseqüências diretas da intervenção do homem no meio ambiente, alterando de forma drástica o “Ciclo Hidrológico” no âmbito das bacias hidrográficas.

É importante compreender a importância e o dinamismo dessas interações e interdependências, dentro de um conceito ecológico abrangente, que tenha o homem como parte da natureza. O conhecimento da dinâmica dos processos ecológicos, mais a aplicação dos conhecimentos e habilidades para utilizar a terra com toda sabedoria e precaução necessárias, são passos seguros para ganhos efetivos e sustentáveis de produtividade além de contribuir para a solução de problemas como a perda de solos, assoreamento de rios e barragens, inundações, destruição de estradas rurais, poluição dos corpos d’água e, por fim, a fadiga dos recursos naturais com todas as suas conseqüências negativas para o próprio homem.

Pela abrangência e relevância que a questão ambiental assume no processo de desenvolvimento é imperativo que as administrações públicas municipais busquem configurar uma estrutura organizacional que viabilize a gestão integrada e participativa dos recursos da terra. Processo que deve ser calçado na educação para a construção de uma cidadania ambiental, e que permita a implementação de ações de interesse geral da população, dotadas de legitimidade, eficiência e eficácia para reverter o passivo sócio-ambiental decorrente da ausência de planejamento aplicado ao desenvolvimento e prevenir que atitudes imediatistas induzam a continuidade do processo de degradação da terra tão comum no país.

Para tanto, é necessário mais do que nunca uma tomada de decisão por parte dos indivíduos e de suas organizações em forjar um caminho de atitudes proativas para alcançar a “sustentabilidade” no que concerne ao manejo da terra. Ou, ao contrário, continuar com os ciclos negativos de poluição e miséria. A agropecuária brasileira pode mostrar ambos os exemplos – Qual dos dois queremos seguir?